

CADERNO DE ENCARGOS**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS****ÍNDICE**

I – Capítulo – Cláusulas Jurídicas	2
1 ^a . Objeto	2
2 ^a . Prazo do contrato	2
3 ^a . Obrigações principais do prestador de serviços.....	2
4 ^a . Preço contratual.....	3
5 ^a . Condições de pagamento	4
6 ^a . Penalidades contratuais.....	5
7 ^a . Dever de sigilo	5
8 ^a . Força maior	6
9 ^a . Resolução por parte da entidade adjudicante	7
10 ^a . Resolução por parte do prestador de serviços	7
11 ^a . Foro competente.....	8
12 ^a . Subcontratação e cessão da posição contratual	8
13 ^a . Comunicações e notificações	8
14 ^a . Legislação aplicável.....	8
II – Capítulo – Cláusulas Técnicas e Específicas.....	9
1 ^a . Condições da prestação de serviços.....	9

I – Capítulo – Cláusulas Jurídicas**1ª. Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de programação e produção do programa “Cultura na Sua Rua”.

2ª. Prazo do contrato

1. O contrato estará em vigor pelo período de **13 meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3ª. Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Custos associados à produção técnica e artística do evento;
 - b. Utilização da marca registada “Cultura na Sua Rua”;
 - c. Contratação de artistas e equipas técnicas (para além das afetas aos equipamentos municipais utilizados);
 - d. Alojamento e alimentação de artistas e equipa técnica e de produção, sempre que necessário;
 - e. Licenças: SPA e/ou Passmusica;
 - f. elaboração e implementação de um plano de contingência COVID-19 do evento global;
 - g. Gestão do sistema de reservas de ingressos numa plataforma online/listagem de inscrição para as diferentes ações;

-
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4ª. Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior **não pode, em qualquer caso, ser superior a € 74.802,42 €** (valores sem revisão de preços e sem IVA).
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo:
 - a. As despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, de aquisição, deslocações, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças⁶.
 - b. Outros encargos, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas.
4. O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
 - 1.º Pagamento: após realização da ação CRIANÇAS À RUA – 11.000,00€
 - 2.º Pagamento: após realização da ação HÁ MÚSICA NA PRAÇA – 22.299,98 €

3.º Pagamento: após realização da ação JAZZ SE FAZ TARDE – 8.000,00€

4.º Pagamento: após realização da ação NATAL NA SUA RUA – 8.902,44

5.º Pagamento: após realização da ação JANEIRAS NA sua RUA – 3.300,00€

6.º Pagamento: após realização da ação CICLO DE TEATRO NA SUA RUA -
6.000,00€

7.º Pagamento: após realização da ação ACÚSTICOS NA RUA – 8.000,00€

8.º Pagamento: após realização da ação RUA DOCE – 7.300,00€ (Valores a que
acresce o IVA)

5ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas emitidas nos termos do artigo 36.º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento do serviço, nos termos do artigo 9.º, nº1, da LCPA, Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.
2. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município do Tomar, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da requisição e o respetivo número de compromisso.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

6ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento das datas e prazos dos serviços objeto do contrato, até 5% do valor do contrato;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do valor do contrato;
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo f/prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens ou serviços objeto do contrato, cujo atraso na entrega ou prestação, tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

7ª. Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

-
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
 3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
 4. O prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

8ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

-
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 - 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

9ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

10ª. Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

11ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

12ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

13ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

14ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP, na sua versão atual e restante legislação aplicável.

II – Capítulo – Cláusulas Técnicas e Específicas**1ª. Condições da prestação de serviços****1. DESCRIÇÃO DA PROGRAMA**

“CULTURA NA SUA RUA” é um programa que se destina a promover os valores naturais e culturais do território de Tomar. Todas as ações se distinguem pelo envolvimento dos agentes culturais locais, em processos de cocriação artística através da mediação cultural / visitas guiadas. Trata-se de um projeto em rede, inovador já que pretende descentralizar as suas ações a todas as freguesias do concelho, promovendo o acesso à cultura fora dos centros urbanos, de forma inclusiva.

O programa prevê a integração do património edificado, natural e cultural, tradições, artistas locais, gastronomia, monumentos, jardins, museus, entre outros, não só aos visitantes que se esperam, como também a todos aqueles que através de plataformas digitais poderão ter contacto com o mesmo.

O programa irá decorrer nos municípios parceiros da candidatura ao Programa CENTRO 2020

– AVISO N. CENTRO-14-2020-12, a saber, Tomar, Condeixa-a-Nova e Soure.

O programa “CULTURA NA sua RUA” compreende as ações:

Ação 1 - Crianças à Rua (programação Cultural e educação ambiental)

Fim de semana com jogos e atividades de sensibilização sobre reciclagem e consumo responsável de água, espetáculo infantil MAIS MAIOR GRANDE ROBERTO - Marionetas de Mandrágora, Oficinas com materiais recicláveis (criação de exposição "Há animais na sua Rua" com o acompanhamento artístico e criativo de Lucy Jackson e Élia Ramalho)

Ação 2 - Há música na Praça (Programação Cultural)

Espectáculo de Fado com Cuca Roseta, num formato intimista em encontros com o Património.

Ação 3 - Jazz faz tarde (Programação cultural e mediação cultural)

Ciclo (2 dias) de jazz com espetáculos ao fim da tarde em locais de património cultural, cuja programação fica a cargo duas associações culturais locais, com experiência na área da música Jazz. Complementarmente a esta iniciativa, decorrerão um conjunto de visitas guiadas a locais de elevado interesse cultural e patrimonial.

Ação 4 - Natal na sua Rua (Programação cultural e mediação cultural)

Espetáculos de música instrumental - "violinos na Igreja", "piano na Igreja", "saxofones na igreja", "harpa na igreja", "guitarras na igreja" a cargo de associações locais com, experiência na área da música.

Ação 5 - Janeiras na sua Rua (Programação cultural e mediação cultural)

Recriação da tradição secular de "Cantar as Janeiras", uma tradição perdida em Tomar (a recuperar) e quase perdida em Soure e Condeixa-a-Nova. Ações a desenvolver em dias consecutivos, itinerantes por todos os territórios. Animação e mediação cultural a cargo associações locais, com sede nos territórios.

Ação 6 - Ciclo de "Teatro na sua Rua" (programação Cultural)

Apresentação em 2 dias consecutivos de peças de teatro por associações locais com experiência na área do teatro.

Ação 7 - Acústicos na RUA (Programação Cultural)

Espetáculos musicais ao ar livre em formato acústico com Toni Vias, Sara Ribeiro, Rui Roque, Danças e Cantares APPACDM, Tomar-lhe O Gosto, Rock Avenue, Juliana Linharelhos. Apresentação da exposição "Há animais na Sua Rua"

Ação 8 - RUA DOCE (Programação Cultural)

Fim de semana de 'Mostra de Doçaria dos 3 concelhos com atuação de grupos etnográficos de Soure e Tomar. Mediação cultural sobre o património doceiro de cada um dos territórios.

2. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICATÁRIA

Compete à entidade adjudicatária:

Ação 1. CRIANÇAS À RUA Programação Cultural e Educação Ambiental)

- Produção executiva e coordenação do projeto;
- Aquisição de Espetáculo infantil - O Mais Maior grande Dom Roberto - Marionetas de Mandrágora;
- Aquisição de oficina com Élia Ramalho e Lucy Jackson;
- Alojamento e refeições das equipas técnicas e artísticas;
- Transportes
- Plano e Implementação de Medidas Covid-19;
- Sistema de reserva de bilhetes online

Ação 2. HÁ MÚSICA NA PRAÇA (Programação Cultural)

- Produção executiva e coordenação do projeto;
- Aquisição de espetáculo da artista Cuca Roseta
- Sistema de som e Luz adequado às dimensões do espaço;
- Equipa de câmaras
- Alojamentos e refeições de equipas técnicas e artísticas
- Plano e Implementação de Medidas Covid-19;
- Sistema de reserva de bilhetes online

Ação 2. JAZZ SE FAZ TARDE (Programação + Mediação Cultural)

- Produção executiva e coordenação do projeto;
- Contratação Musical de 2 espetáculos a associações culturais locais, com experiência na área do Jazz;
- Sistema de som e Luz adequado às dimensões dos espaços;
- Transportes;
- Plano e Implementação de Medidas Covid-19;

Sistema de reserva de bilhetes online

Ação 4. NATAL NA SUA RUA (Programação Cultural e Mediação Cultural)

- Produção executiva e coordenação do projeto;
- Aquisição de espetáculo de violinista a acontecer em igreja do município;

-
- Aquisição de espetáculo de pianista a acontecer em igreja do município;
 - Aquisição de espetáculo de saxofonista a acontecer em igreja do município;
 - Aquisição de espetáculo de harpa a acontecer em igreja do município;
 - Aquisição de espetáculo de guitarra a acontecer em igreja do município;
 - Plano e Implementação de Medidas Covid-19;
 - Sistema de reserva de bilhetes online

Ação 5. JANEIRAS NA sua RUA (Programação + Mediação Cultural):

- Produção executiva e coordenação do projeto;
- Contratação de 2 espetáculos musicais a 2 associações locais;
- Transportes
- Plano e Implementação de Medidas Covid-19;
- Sistema de reserva de bilhetes online

Ação 6. CICLO DE TEATRO NA SUA RUA (Programação Cultural)

- Produção executiva e coordenação do projeto;
- Contratação de peça de teatro a duas associações locais com experiência na área do teatro;
- Sistema de som e luz adequado às dimensões dos espaços;
- Transportes
- Plano e Implementação de Medidas Covid-19;
- Sistema de reserva de bilhetes online

Ação 7. ACÚSTICOS NA RUA (Programação Cultural)

- Produção executiva e coordenação do projeto;
- Aquisição de 7 momentos musicais definidos no Plano de Ação;
- Sistema de som e luz adequado à dimensão dos espaços/espetáculo;
- Plano e Implementação de Medidas Covid-19;
- Sistema de reserva de bilhetes online;

Ação 8. RUA DOCE (Programação Cultural)

- Produção executiva e coordenação do projeto;
- Contratação de 2 espetáculos de grupos Etnográficos;
- Plano e Implementação de Medidas Covid-19;
- Sistema de reserva de bilhetes online

3. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Compete à entidade adjudicante:

- o contacto com as entidades responsáveis pelos locais onde decorrerão as iniciativas, sempre que estes não estejam sob a alçada do Município, obtendo respetiva autorização para realização do espetáculo;
- os recursos humanos – técnicos municipais para desenvolver e realizar as visitas guiadas, previstas na candidatura;